

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

Ativismos Alimentares e Movimentos em torno das Plantas Alimentícias não Convencionais (PANC)

Rebeca dos Santos, Fátima Portilho

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9816>

Submetido em: 2024-09-12

Postado em: 2024-09-14 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ATIVISMOS ALIMENTARES E MOVIMENTOS EM TORNO DAS PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS (PANC)¹

Rebeca Rose dos Santos Leandro

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-3817-9976>

<rebecarose@protonmail.com>

CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro (RJ), Brasil

Fátima Portilho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4780-9547>

<faportilho@ufrj.br>

CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro (RJ), Brasil

¹ Este *paper* baseia-se na Dissertação de Mestrado de Rebeca Rose dos Santos Leandro, defendida em 2024 no CPDA/UFRRJ, sob a orientação da Profa. Dra. Fátima Portilho.

RESUMO

A pesquisa partiu dos debates sobre ativismo alimentar no Brasil contemporâneo, enfocando, especificamente, os movimentos em torno das Plantas Alimentícias não Convencionais (PANC). Tomamos como base teórica a Sociologia da Alimentação, os Estudos dos Sistemas Agroalimentares e os Estudos do Consumo. Através de uma busca na plataforma *Instagram*, da análise de dados, da observação participante em uma vivência de campo e da entrevista com um ativista, foi realizado um mapeamento dos principais atores (pessoas e coletivos) envolvidos com as PANC, analisando seus objetivos, práticas, discursos e estratégias, além dos debates e controvérsias entre eles, especialmente no que se refere à “convencionalização” e ao uso do termo PANC. Analisamos, ainda, como estes movimentos lançam mão do consumo político e como se articulam com as contestações ao sistema agroalimentar convencional. Os dados encontrados nos levaram a caracterizar as principais formas de atuação (ativismo stricto sensu, ativismo empreendedor e ativismo voltado para a divulgação e educação ambiental) e a propor uma tipologia inicial dos movimentos em torno das PANC (os que enfatizam temas estéticos, os que enfatizam temas éticos e os que se opõem ao acrônimo PANC).

Palavras-chave: Sociologia da Alimentação; Ativismo Alimentar; Consumo Político; Plantas Alimentícias não Convencionais (PANC)

FOOD ACTIVISM AND MOVEMENTS AROUND UNCONVENTIONAL EDIBLE PLANTS

ABSTRACT:

This research proposes an analysis of Brazilian food activism today, focusing specifically on the food movements around Unconventional Food Plants (PANC-Wild Foods). Our theoretical basis was among Food Sociology, Food Activism and Consumer Studies. Through the search tool in *Instagram* platform, the data curation of social media content, the participant observation in a field experience and the interview with one of the activists, we tried to build a mapping of the main actors (individuals and collectives) involved with the Unconventional Food Plants, analyzing its objectives, dilemmas and ambiguities, as well as the debates and controversies around it, specially on what it refers to conventionalization and the usage of the PANC acronym. We also analyze how

these movements use strategies of political consumerism and what practices are defended by the activists. Finally, we characterize the main forms of action (*stricto sensu* activism, entrepreneur activism and environmental education activism) and proposed a typology of the movements around Unconventional Food Plants; The ones who emphasize ethical critics, the ones who emphasize aesthetic critics and the ones who oppose themselves to the acronym of Unconventional Food Plants (PANC).

Keywords: Food Sociology, Food Activism; Political Consumerism; Unconventional Food Plants; Wild Edible Plants; Neglected or Underutilised Species

INTRODUÇÃO

O fim do século XX e o início do século XXI têm sido marcados por profundas transformações nos sistemas agroalimentares e na alimentação cotidiana. A modernização da agricultura, ocorrida no Brasil a partir de 1970, impulsionou a indústria de alimentos processados e cultivados em larga escala com o uso massivo de agroquímicos, acentuando as mudanças climáticas e diversos problemas ambientais, como a perda da biodiversidade. Por outro lado, a modernização da vida social, a urbanização, a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho e a consequente falta de tempo levou à transferência de parte das tarefas cotidianas de preparação da comida para as indústrias, facilitando o trabalho cotidiano de cozinhar, mas levando a uma possível perda de habilidades culinárias. Além disso, nos últimos anos, os setores varejistas ganharam centralidade nas cadeias de abastecimento e os serviços de delivery, com a entrega de comidas prontas, vêm se expandindo, constituindo-se como um processo de *conveniencialização* da comida e do comer (HALKIER, 2016; SCHUBERT, 2023). Doenças crônicas não transmissíveis relacionadas à alimentação têm aumentado, com os custos de tratamento recaindo sobre o setor público. É preciso mencionar, ainda, que os consumidores passaram a ser percebidos como um dos atores do sistema agroalimentar, fazendo com que a cadeia de produção se torne cada vez mais “dirigida pela demanda” (GOODMAN e DUPUIS, 2002; DIAS MÉNDEZ E GOMES E BENITO, 2005; PORTILHO, 2009).

Neste contexto, surge uma série de movimentos sociais e ativismos em torno da alimentação (PORTILHO, 2020; TANAKA E PORTILHO, 2019; MOTTA, 2021). Dentre estes, destacamos, como objeto da pesquisa aqui apresentada, os movimentos em torno das Plantas Alimentícias não Convencionais, que ficaram conhecidas pelo acrônimo PANC.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar como as PANC se inserem no debate e na agenda de movimentos e ativistas alimentares que buscam politizar a alimentação. Como objetivos específicos, buscamos identificar e mapear os principais atores (pessoas e coletivos) envolvidos com as PANC, analisando seus objetivos, estratégias e formas de atuação, além das práticas defendidas, as críticas acionadas e as controvérsias entre eles, especialmente no que se refere à “convencionalização” e ao uso do termo PANC. Para dar conta destes objetivos, buscamos aportes teóricos na interface entre a Sociologia da Alimentação, os Estudos dos Sistemas Agroalimentares e os Estudos do Consumo.

O *paper* foi dividido em quatro seções. Na primeira, apresentamos uma breve contextualização do conceito de PANC, enfatizando a sua midiaticização e as críticas acionadas. Na segunda seção, apresentamos as estratégias utilizadas na pesquisa de campo e, na terceira seção, discutimos os dados coletados, levantando algumas questões, especialmente sobre o uso do termo PANC, as ambiguidades do processo de convencionalização e as estratégias de consumo político, além de propor uma tipologia destes movimentos e das suas formas de atuação. Finalmente, na última seção, apresentamos algumas considerações finais.

1. AS PANC

O acrônimo PANC foi criado em 2008 a partir de uma parceria entre o biólogo Valdely Kinupp e a nutricionista Irany Arteché para a realização do projeto “PANC: Soberania Alimentar e biodiversidade palpável para assentados do MST/RS” (Conab em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

Em 2014, Valdely Kinupp publicou, em co-autoria com o agrônomo Harri Lorenzi, o livro “Plantas Alimentícias não Convencionais (PANC) no Brasil”, que traz a identificação e a tabela nutricional de 351 espécies de planta, além de algumas receitas. O livro popularizou o termo, definido como

frutos, frutas, folhas, flores, rizomas, sementes e outras estruturas e partes das plantas que podem ser consumidas pelo homem tanto in natura e após algum tipo de preparo culinário. Portanto, trata-se de “plantas não convencionais”, mas também das “partes e usos não convencionais” de plantas comuns ou convencionais. (KINUPP E LORENZI, 2014, p.7)

Os autores estimam que 30 mil espécies vegetais tenham potencial comestível, embora atualmente 90% da nossa alimentação tenha origem em apenas 20 destas espécies.

Por não fazerem parte do circuito padrão e convencional de produção, comercialização e consumo do sistema agroalimentar hegemônico, as PANC têm aparecido nas agendas de diversos movimentos e ativistas alimentares, seja nos movimentos sociais agrários e de perfil “clássico”, como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), seja em ONGs ambientalistas ou, ainda, nos discursos de nutricionistas, *chefs*, coletivos agroecológicos, cooperativas, redes alimentares alternativas e artistas ativistas. Em todos estes casos, observa-se um processo de politização da produção, da comercialização e do consumo alimentar, que enfatiza as PANC como alternativa para uma alimentação mais saudável, diversa e acessível, aproximando-se também dos debates ambientais e de soberania e segurança alimentar e nutricional.

Nesse contexto, as PANC vêm sendo crescentemente difundidas e midiaticizadas. Programas de TV, como o *MasterChef* e o *Bela Cozinha*, bem como restaurantes de *chefs* renomados, como Alex Atala e Helena Rizzo, vêm incluindo as PANC em seus cardápios. Em um episódio do *MasterChef* veiculado em 2016, por exemplo, os participantes se surpreendem ao degustar pratos com ingredientes que eles conheciam como “mato” e não como comida: “parece o pé de flor da minha avó”; “sensacional, e é de graça, tá no brejo”.

De fato, ainda que haja uma extensa diversidade de alimentos de origem vegetal e animal disponíveis e adequados para a alimentação humana, isto não significa que todos serão reconhecidos como comida pelos diferentes grupos sociais. Para transformar um alimento em comida, precisamos das representações, das práticas, dos saberes e dos utensílios associados ao seu uso, preparo e ingestão. Quem define quais alimentos são percebidos como comida é a cultura; e quem os converte em comida é a cultura (BARBOSA, 2009), incluindo as técnicas de cocção, os saberes, os significados e as práticas sociais (BARBOSA, 2007 e 2009; MENASCHE E RIBEIRO, 2018).

Entretanto, com a difusão das PANC vieram também as críticas a este termo por parte tanto de ativistas quanto de autores acadêmicos. Tais críticos veem neste conceito uma lógica utilitarista que não reconhece os saberes e práticas de populações que vivem em territórios rurais, periféricos e oriundos da cultura afroindígena. Há também críticas relacionadas às reflexões contra coloniais, que promovem outras epistemologias e ontologias. Botelho (2010), por exemplo, mostra que, para além do potencial alimentício de plantas e folhas, alguns grupos as consideram forças vivas e atuantes, com agência sobre os humanos e com capacidade de curar. Esse tipo de prática, presente em culturas afro-diaspóricas e indígenas, implica uma indistinção entre humanos e não-humanos e, por isso, o saber das folhas é integrado à vida humana, à alimentação, à saúde e aos ritos.

Desta forma, o que foi caracterizado como Plantas Alimentícias não Convencionais é considerado, por alguns autores, grupos sociais e ativistas, como “plantas da negritude” ou “plantas afro-diaspóricas”. Estes debates buscam valorizar as plantas e vegetais da diáspora negra, cuja cultura é marcada pela conexão entre ancestralidade e meio ambiente, como pontua Deborah Terezinha Conceição, no livro “Ogba Mimo – Livro das folhas sagradas” (CONCEIÇÃO, 2019). Ela mostra que, na cultura afro-diaspórica e de terreiro, alimento, ritual e cura não se separam, construindo assim uma relação intrínseca entre religião, medicina, alimento e natureza. Isto pode ser traduzido pela máxima *kosi ewé kosi orisà* (“sem folha não tem orixá”). As comunidades-terreiro, que surgem no Brasil no século XIX, possibilitam a perpetuação das cosmologias afro-brasileiras e dos cultos aos antepassados, sendo um lugar de memória e tradição responsável pela manutenção de saberes e práticas que têm nas folhas sua principal fonte.

Diante do exposto, é possível perceber que as PANC mobilizam temas e debates fundamentais entrelaçados à alimentação contemporânea: saúde; bem-estar animal (por defender a alimentação baseada em plantas); agroecologia; sustentabilidade; biodiversidade; aproveitamento integral dos alimentos; saúde dos agricultores; resgate de culturas alimentares tradicionais; incorporação de ingredientes e receitas não convencionais.

2. PESQUISA DE CAMPO

Para dar conta das questões e objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa de campo composta de três etapas. Na primeira delas, foi feito um mapeamento do que convencionamos chamar de “movimentos em torno das PANC”, ou seja, aqueles movimentos e ativistas (pessoas e

coletivos) que têm nas PANC seu principal tema de atuação. O mapeamento foi feito através de buscas na plataforma *Instagram*. Usando a *hashtag* #pancs, obtive, em outubro de 2022, 83.485 publicações, feitas por perfis individuais, de instituições, de coletivos e de empreendimentos. Usando a *hashtag* #panc (no singular), obtive 199.488 publicações, feitas por perfis semelhantes. Estes resultados tendem a crescer constantemente, na medida em que os perfis vão compartilhando e publicando mais conteúdo a cada dia, semana e mês.

Considerando o grande número de resultados encontrados na busca com as duas *hashtags*, selecionamos os perfis que possuíam maior engajamento, critério estabelecido a partir do número de seguidores e das interações (comentários e curtidas recebidas) nas postagens publicadas. A seleção dos perfis teve, como critério inicial, um mínimo de dez mil seguidores. No entanto, percebemos que a grande maioria dos perfis possuía um quantitativo menor de seguidores e, com o intuito de ter uma abrangência maior, tanto em termos geográficos quanto de escala, decidimos reduzir esse critério para três mil, chegando a um número total de 23 perfis.

A partir de então, buscamos entender o tipo de perfil (pessoas, grupos, instituições, coletivos etc.) e o tipo de atuação empregado. Para isso, criamos uma planilha² no *Excel* e organizamos os perfis selecionados, extraindo dados como o nome (da pessoa ou coletivo), o número de seguidores, a localização (município e estado) e o *link* do perfil. À medida em que a análise dos perfis se expandia, a planilha foi ganhando novas colunas para abrigar outras categorias descritivas e analíticas que dialogassem com a literatura utilizada na pesquisa.

Percebemos que, apesar do *Instagram* ser o "carro chefe" da maioria dos perfis, muitos utilizavam também outras plataformas digitais como o *Youtube*, o *Blogspot* e o *Spotify*. Seguimos os perfis por estas outras plataformas e seu conteúdo foi somado àquele publicado no *Instagram*. Em seguida, categorizamos os tipos de ativismo e as formas de atuação, além das práticas defendidas e propostas pelos ativistas, as estratégias de consumo político (boicote, *buycott*, ações comunicativas e mudanças de estilo de vida) e, ainda, se buscam algum tipo de financeirização associado ao ativismo.

Visando compreender melhor algumas questões identificadas no mapeamento, foi realizada uma segunda etapa, que consistiu de observação participante durante uma vivência de campo intitulada "Cogumelos e PANC", realizada em um sítio no sul da Bahia. Aproveitamos a

² Por falta de espaço, optamos por não incluir a planilha completa neste *paper*.

oportunidade para realizar uma entrevista semiestruturada em profundidade com Jorge Forager, um dos ativistas que conduziu a vivência e cujo perfil foi identificado no mapeamento. O roteiro possuía sete perguntas, incluindo a questão da convencionalização das PANC, biodiversidade, segurança alimentar e nutricional, a ambiguidade do termo PANC e os canais e formas de comercialização e acesso a estas plantas.

É preciso justificar o fato de ter sido realizada apenas uma entrevista para esta pesquisa. Como explicado anteriormente, optamos por realizar o mapeamento dos movimentos em torno das PANC a partir de dados coletados em perfis de ativistas no *Instagram*, selecionando pessoas e coletivos a partir dos critérios explicados acima. A partir deste mapeamento, destacamos alguns perfis que nos pareceram mais significativos nos debates sobre PANC. Os dados mostraram, entretanto, que a maioria destes perfis é de ativistas reconhecidos como “figuras públicas”, ainda que, em alguns casos, se assemelhe a um coletivo ou empreendimento, como é o caso dos perfis *Sítio PANC*, de Valdely Kinupp, *Matos de comer*, do Guilherme Ranieri, e *Favela Orgânica*, da Regina Tchelly. Isso nos fez pensar que, por serem figuras públicas, seus discursos e posições seriam facilmente encontrados, tanto em seus perfis no *Instagram*, quanto em outras plataformas e entrevistas concedidas por eles em jornais, revistas, vídeos, *blogs*, *podcasts* etc. Desta forma, realizar entrevistas com eles nos pareceu desnecessário, pois possivelmente não seria coletada nenhuma informação adicional àquelas disponíveis nos canais acima mencionados. A entrevista com Jorge Forager foi realizada porque houve uma oportunidade imperdível ao participarmos da vivência com ele, conforme detalhado acima.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Após elaborar uma planilha contendo dados sobre os 23 perfis de ativistas e movimentos em torno das PANC, selecionados na plataforma *Instagram*, percebemos que mais da metade (69%) estava concentrada na Região Sudeste, sendo sete no Rio de Janeiro (*Panclândia*, *Jorge Forager*, *Organicidade*, *Alimentamente*, *Maravilhas São José*, *Favela Orgânica* e *Fred Orgânicos*), seis em São Paulo (*Elza Queiroz Nutri*, *Neide Rigo*, *Pancs Brasil*, *Mato no Prato* e *Matos de comer*), dois em Minas Gerais (*GreenMe Brasil* e *Coletivo em Folhas*) e um no Espírito Santo (*Elaine de Azevedo*). Dois perfis estavam no Centro Oeste, sendo um no Mato Grosso (*Cruzinha da Rita*) e um em Goiás (*Alcyr Viana*), e três na Região Sul, sendo dois no Rio Grande do Sul (*Irany Arteche* e

Crioula Curadoria) e um em Santa Catarina (*Clo.zinha*). Apenas um perfil era da Região Norte, mais especificamente do Amazonas (*Sítio PANC*), e um na Bahia, região Nordeste (*Rede PANC Bahia*).

A extensa maioria dos perfis (quase 80%), independentemente de ser de pessoas ou de coletivos, possui um espaço de plantio urbano ou rural, onde práticas de cultivo são exercidas e divulgadas por meio das fotos, vídeos e textos publicados em seus perfis.

Em relação ao número de seguidores, oito dos 23 perfis (cerca de 35%) possuíam um número menor que 10 mil seguidores e quatro (cerca de 17%) possuíam um número superior a 100 mil seguidores. Cerca de metade dos perfis selecionados estavam dentro de uma faixa que abrangia entre 10 e 85 mil seguidores.

Quanto ao tempo de atuação desses movimentos e ativistas, 11 perfis, ou seja, quase metade dos perfis selecionados, têm um tempo de atuação que varia entre 5 e 10 anos (criados no período de 2013 a 2018, um tempo de atividade similar ou um pouco anterior ao ano da publicação do livro “PANC no Brasil”, de Valdely Kinupp e Harri Lorenzi, em 2014). Isso aponta a importância deste livro para o desenvolvimento dos ativismos e movimentos aqui pesquisados, mesmo considerando as críticas e controvérsias que surgiram posteriormente ao livro que popularizou as PANC.

Cinco dos perfis selecionados (21,7%) possuem mais de 10 anos de atuação: Jorge Forager, Neide Rigo, Elza Queiroz Nutri, Coletivo Favela Orgânica e Irany Arteché. A atuação destes perfis, portanto, antecede a publicação do livro e a consagração do acrônimo. Quatro perfis (17,4%) possuem de 1 a 5 anos de atuação. Trata-se, portanto, de iniciativas mais recentes em torno do tema PANC. São eles: *Panclândia*, *Horta da Érica*, *Clo.zinha* e *Crioula Curadoria*. Para três dos perfis selecionados (cerca de 13%) não foi possível obter informações precisas acerca do tempo de atuação: *Coletivo em Folhas*, *Fred Orgânicos* e o perfil da Elaine de Azevedo.

3.1 Ativismo, empreendedorismo ou educação ambiental?

Ao analisar os conteúdos publicados no *Instagram* pelos perfis selecionados, decidimos classificá-los em três categorias quanto à forma de atuação, sendo que cada perfil poderia se encaixar em mais de uma delas:

- **Ativismo stricto sensu:** movimentos que apresentam discursos engajados, com críticas e contestações ao sistema agroalimentar hegemônico, aos mercados e/ou às indústrias alimentícias, buscando, ainda, divulgar estratégias de mitigação da insegurança alimentar e nutricional e da ameaça à biodiversidade, bem como produzir mudanças sociais, sejam locais, regionais ou globais, tal como o conceito de ativismo alimentar definido na literatura consultada. 21 dos perfis selecionados, cerca de 91 %, se enquadram nesta categoria.
- **Ativismo voltado para a educação ambiental e divulgação:** perfis engajados na divulgação das PANC e outros temas alimentares e na educação ambiental, seja através do debate sociopolítico acerca do sistema agroindustrial e suas implicações ambientais e sociais, seja por meio da botânica e da etnobotânica, com conteúdos que se propõem a ensinar sobre identificação de plantas, coleta, cultivo e preparos. Todos os 23 perfis selecionados se enquadram nesta categoria.
- **Ativismo empreendedor:** perfis que envolvem algum tipo de financeirização do seu conteúdo e/ou trabalho, acionando algum tipo de financeirização por meio de diferentes tipos de atuação: consultoria de plantio, paisagismo, identificação e coleta de plantas (Jorge Forager e *Organicidade*); oferta de cursos, oficinas, vivências e livros (*Mato no Prato*, Neide Rigo e Irany Arteché), ou produção e comercialização de alimentos, incluindo PANC (*Favela Orgânica*, *Sítio PANC*, *Maravilhas São José* e *Fred Orgânicos*). 15 dos perfis selecionados (65%) se enquadram nesta categoria.

3.2 Consumo político – Coletar, plantar, cozinhar, comprar

Partindo do pressuposto de que praticamente a totalidade dos perfis selecionados para esta pesquisa busca divulgar essas plantas e seus usos, incentivando seu consumo, seja através da compra, da coleta ou do cultivo, o consumo político aparece como uma das práticas centrais desses ativistas e coletivos, o que nos levou a separar este tema para uma análise mais detida.

Seguindo a literatura sobre o tema, subdividimos a categoria "consumo político" em quatro colunas para dar conta das quatro formas de ação descritas na literatura (Boström, Micheletti e Oosterveer, 2018): boicote, *buycott*, ações comunicativas e mudanças de estilo de vida. Na categoria boicote, encaixamos os perfis que possuem postagens em que aparecem discursos, ações ou

campanhas de boicote a produtos e marcas. Dos 23 perfis selecionados, 12 (52%) demonstram utilizar e propor o boicote como uma estratégia de ação. Todos os perfis utilizam o *buycott* e cerca de 87% utilizam também as ações comunicativas.

Voltamos-nos com mais atenção para a quarta forma de consumo político, ou seja, as mudanças de estilo de vida. Através da análise do conteúdo dos perfis e da vivência e entrevista com Jorge Forager, percebemos que os movimentos em torno das PANC costumam envolver estímulos a mudanças de estilos de vida de maneira explícita ou implícita, através de fotos, vídeos, textos e discursos, constituindo uma estratégia fundamental. Assim, a coluna relacionada às mudanças de estilo de vida foi subdividida em três categorias: plantar, cozinhar e coletar. Todos os 23 perfis selecionados empregam e incentivam a prática de plantar e de cozinhar. Podemos assumir, portanto, que tais práticas são comuns nos movimentos em torno das PANC. Para que essas plantas não convencionais sejam difundidas e utilizadas, faz-se necessário o saber-fazer relacionado à identificação, ao cultivo e ao cozinhar. Muitos dos perfis selecionados divulgam receitas, modos de preparo e benefícios das PANC para a saúde.

A prática de coletar, entendida no contexto desta pesquisa como a coleta de plantas não-convencionais que crescem de maneira espontânea, fora dos cultivos agrícolas, também aparece com frequência, embora não tanto quanto as práticas de cozinhar e plantar. A coleta de plantas, segundo os perfis analisados, pode acontecer em jardins, terrenos baldios, canteiros públicos e frestas de muros e calçadas, seja na zona urbana ou rural. Apesar de mencionarem alguns riscos inerentes à coleta dessas plantas, como a contaminação biológica por fezes ou urina de animais ou química, pela poluição do ar, do solo ou do lençol freático, essa prática é valorizada por muitos desses movimentos como um meio de conquistar autonomia e de se reconectar com a natureza, mesmo quando se vive em grandes cidades, valorizando plantas desconhecidas e, aparentemente, sem utilidade.

Dos 23 perfis selecionados, apenas cinco (cerca de 21%) não incentivam a coleta como uma prática de consumo político. Parte da explicação pode estar no fato de que esses cinco perfis, como o *Maravilhas São José* e o *Fred Orgânicos*, estão engajados na comercialização dos próprios cultivos, seja in natura, seja na forma de produtos processados, como bolos, temperos prontos e doces de compota, o que faz com que a prática da coleta não seja incentivada, e sim a compra de PANC cultivadas por eles.

No entanto, a vasta maioria dos perfis (cerca de 79%) incentiva, de alguma maneira, a prática de coletar. Essa mobilização em torno da coleta acontece, por vezes, de maneira virtual, através de vídeos, cursos, oficinas, *lives* e outras formas de compartilhamento digital de conteúdo para identificação das PANC. No perfil *Matos de Comer*, por exemplo, existem postagens regulares sobre como identificar e coletar determinadas PANC que crescem de forma espontânea. Não obstante, essa mobilização também acontece fora das esferas digitais, através de vivências e oficinas culinárias e/ou agroecológicas presenciais, em que as pessoas são ensinadas e convidadas a participar ativamente da coleta, comumente associada a outras práticas, como cozinhar. Este é o caso da vivência com o Jorge Forager, já mencionada, e da nutricionista Neide Rigo, que ocasionalmente conduz vivências em sua casa e na horta comunitária de seu bairro, em São Paulo/SP, em que os participantes identificam, plantam, coletam e cozinham com ela.

3.3 O termo PANC e o dilema da convencionalidade

O termo PANC, bastante popularizado após a publicação, em 2014, do livro de Valdely Kinupp e de Harri Lorenzi, gera curiosidades, além de diversos debates e controvérsias. O etnobotânico Jorge Forager, em entrevista realizada para esta pesquisa, afirma:

Metade de mim ama [o termo PANC], metade de mim pensa... veja bem, essa é uma discussão que vai ficar por muito tempo. Inclusive eu sou muito amigo do Valdely Kinupp, adoro ele, respeito super o conhecimento, a gente tem uma relação de amizade, de trocar informação o tempo inteiro, e ele mesmo explica no livro, ele explica pra mim quando a gente tá conversando, que era necessário criar isso, uma nomenclatura acadêmica para dar conta desse tema.(...) Então, se você fala mato espontâneo, plantas selvagens, alimentos espontâneos, ervas daninhas, tudo isso pode estar dentro desse contexto. (Jorge Forager, em entrevista concedida para esta pesquisa em abril de 2023)

Assim como Jorge, muitas pessoas vinculadas aos movimentos em torno das PANC acreditam que o termo ajudou a popularizar e resgatar o consumo dessas plantas, mas, ainda assim, as categorias “convencional” e “não convencional” geram ambiguidades, desconfortos e críticas entre os ativistas e os consumidores, tanto urbanos quanto rurais. Guilherme Ranieri, autor do *Guia de Identificação "Matos de Comer"* (RANIERI, 2017), acredita que o atributo “não convencional” não tem tanto a ver com as pessoas que consomem, mas sim com o nosso saber em relação a essas plantas. Ranieri também menciona o termo “hortaliças tradicionais”, como forma de lembrar que muitas dessas plantas têm seu uso consagrado por populações tradicionais.

Apesar da não convencionalidade no uso e no consumo dessas plantas, muitos ativistas em torno das PANC destacam experiências do passado com mães e avós, ressaltando o caráter de resgate, apesar da novidade e do curto tempo de existência do termo PANC. Em fala no Sesc Jundiá/SP, Guilherme Ranieri, do perfil *Matos de Comer*, afirma:

É importante frisar, também, que a gente não está trazendo nenhuma novidade, são alimentos que os povos indígenas já consumiam ou ainda consomem, alimentos usados em outras partes do mundo, como, por exemplo, o picão. Fora do Brasil, na China, é uma hortaliça vendida na feira. (Guilherme Ranieri, em fala durante lançamento do livro "Matos de Comer" no canal do Sesc Jundiá no Youtube, em 10 de junho de 2021, transcrita pela autora)

Diante das reflexões e publicações dos ativistas selecionados no *Instagram*, assim como dos debates que presenciamos na vivência no sul da Bahia e em eventos *online* com ativistas e pesquisadores, podemos avaliar que o termo PANC, ainda que tenha se popularizado nos últimos anos, tem sido acompanhado de críticas. Para muitos ativistas, especialmente os que estão ligados à gastronomia afro-diaspórica e a perspectivas contra coloniais, o termo criado por Valdely Kinupp e Irany Arteché peca por não fazer referência aos detentores de saberes e práticas tradicionais de uso de tais plantas.

Pouco a pouco, alguns desses pesquisadores e ativistas começaram a adotar outros termos, como, por exemplo, "plantas alimentícias não colonizadas" (que mantém a mesma sigla) ou "plantas da negritude", utilizados, respectivamente, pela nutricionista Bruna Crioula e pela etnobotânica Renata Sirimarco. Em publicação no *Instagram*, Renata afirma que as plantas da negritude são vegetais africanos, americanos ou nativos brasileiros, tradicionalmente utilizados pela população negra, que fazem parte de um repertório ancestral de conhecimento e que, por isso, narram sabedorias africanas e afro-diaspóricas presentes nas cozinhas, quintais, roças, favelas, quilombos e terreiros.

3.4 Acesso e comercialização das PANC

Para Forager, a comercialização das PANC deveria ser feita por meio de diferentes canais, tanto convencionais quanto alternativos, desde que não se perca de vista o caráter fresco, regional e sazonal de cada PANC. Jorge faz referência ao movimento *Slow Food* como modelo de inspiração e enfatiza o caráter ativista do seu trabalho, destacando a importância de pensar e agir com base na

justiça social e ambiental e na viabilidade econômica, independentemente do canal e do tipo de comercialização. Trata-se de divulgar essas plantas sem desvinculá-las da sua origem, do seu território, dos seus usos por populações tradicionais e das consequências ambientais e sociais da sua produção e/ou extração, como no caso da juçara. Para ele, podemos consumir o açaí juçara, por exemplo, “no pote rotulado”, preparado pela indústria e vendido em supermercados, mas é importante que as pessoas também o acessem fresco e in natura, além de garantir o acesso das populações que o cultivam e o preservam em seus territórios.

Todos os ativistas pesquisados louvam a diversidade no prato e buscam fomentar a existência de tal diversidade também nos supermercados e canais convencionais de comercialização de alimentos. Além disso, enfatizam a ideia de aproveitamento integral dos alimentos, visto que muitas partes não convencionais de vegetais são comumente rejeitadas por consumidores, mercados, feiras e restaurantes. Este é o caso, por exemplo, da rama da cenoura, da casca da banana e de folhas, como as da batata doce, do brócolis e da beterraba.

Segundo Valdely Kinupp, seu trabalho é o de divulgar essas plantas para

que passem para o público em geral, que poderá colhê-las no seu quintal, sítio, matas ou comprá-las nas feiras, mercados e, preferencialmente, encontrá-las incorporadas aos pratos dos cardápios dos restaurantes, desde os básicos do dia a dia até os restaurantes glamourosos. (KINUPP E LORENZI, 2014, p. 25)

Em outras palavras, para os ativistas selecionados é importante que as PANC sejam incorporadas tanto pelos canais de comercialização convencionais quanto alternativos, e também que sejam acessíveis tanto para os segmentos populares quanto para os elitizados. Defendem, ainda, que o acesso às PANC não seja exclusivamente pela compra, mas também pela coleta de plantas espontâneas e pelo cultivo local. Por isso, o estímulo às práticas de coletar e cultivar está presente em muitos dos discursos e propostas dos movimentos em torno das PANC. Ainda que muitos consumidores não tenham habilidades e espaço suficiente para cultivar, a coleta em locais públicos é incentivada pelos ativistas, com os devidos cuidados em relação à possibilidade de contaminação por poluição química e/ou biológica.

Observamos tal estímulo às práticas de coletar e cultivar, por exemplo, nos perfis do *Coletivo Organicidade*, da *Favela Orgânica* e do *Matos de Comer*. Podemos inferir, portanto, que a vasta

maioria dos movimentos em torno das PANC, pelo menos ao considerarmos aqueles selecionados para análise nesta pesquisa, incentiva o acesso às mesmas por diferentes canais de comercialização, convencionais ou alternativos, e também pelas práticas de coletar e cultivar.

3.5 Confluência dos movimentos em torno das PANC e os debates ambientais e de Segurança Alimentar e Nutricional

Valdely Kinupp, um dos criadores e principais difusores do termo PANC, defende o consumo dessas plantas como uma forma de assegurar a segurança alimentar e nutricional da população, e também de garantir uma soberania brasileira em relação aos recursos genéticos vegetais, dada a fitodiversidade disponível em nosso território.

O coletivo *Favela Orgânica* e a nutricionista Irany Arteché levantam o debate sobre desperdício quando falam de PANC, afirmando que este traz enriquecimento para quem produz e empobrecimento para quem paga. Por isso, defendem que os consumidores devem buscar a autonomia de criar, inovar e experimentar essa diversidade, sem esperar que essas novidades venham da indústria ou da gastronomia. Irany afirma que é preciso enxergar o alimento onde ele existe e vive, e não só no mercado³.

Podemos observar, diante das publicações, falas e atuação dos ativistas e movimentos em torno das PANC, em especial aqueles integrantes da planilha elaborada para esta pesquisa, que o debate sobre Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, bem como o debate ambiental, climático e em defesa da biodiversidade, são quase sempre acionados quando se aborda as PANC.

3.6 Uma tipologia dos movimentos em torno das PANC

A partir dos dados coletados, seja no *Instagram*, seja em *podcasts*, vídeos e *lives*, além da vivência de campo e da entrevista com Jorge Forager, propomos uma tipologia dos movimentos em torno das PANC, ressaltando sua heterogeneidade e os pontos de convergência.

O primeiro tipo pode ser caracterizado por ativistas e movimentos que privilegiam questões estéticas relacionadas ao universo das PANC, ainda que questões éticas também estejam presentes. Em geral, estão vinculados ao setor de gastronomia, defendendo o consumo de PANC não apenas

³ Fala durante *live* do *Circuitos da Muká Plataforma Agroecológica*, em 13 de agosto de 2020, transcrita pela autora. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=f49Rv1QveUs>. Acesso em 07/07/2023.

por razões ambientais e nutricionais, mas principalmente pelo caráter de novidade, iguaria e sabor. Este tipo é composto majoritariamente por gastrônomos (profissionais ou amadores), nutricionistas e horticultores. Seus perfis no *Instagram* são repletos de fotografias que destacam e valorizam pratos bonitos e coloridos, que são simultaneamente saudáveis e apetitosos, preparados com PANC. Os movimentos deste primeiro tipo, em geral, defendem um processo mais amplo de convencionalização das PANC, ou seja, que a expansão do seu consumo aconteça tanto por vias alternativas quanto convencionais, como a comercialização em supermercados e restaurantes e a produção de produtos processados à base de PANC. Em outras palavras, defendem a convencionalização sem, contudo, perder o caráter da novidade.

O segundo tipo é composto por ativistas e movimentos que parecem mais fortemente vinculados a questões éticas, apesar de também utilizarem estratégias, discursos e práticas que tangem questões estéticas. Em geral, propõem discussões mais profundas em torno de temas como soberania e segurança alimentar e nutricional, desperdício, preservação da biodiversidade, compostagem e a monotonia do sistema agroalimentar hegemônico. Tendem a atuar por meio da educação ambiental, propondo práticas coletivas de plantio, coleta e cozinha. Ademais, este tipo parece se vincular mais fortemente aos movimentos de agroecologia, incorporando muitas das suas pautas, discursos e práticas, e privilegiam o acesso às PANC por meio de circuitos alternativos, como feiras agroecológicas e comunidades que sustentam a agricultura (CSA), a fim de fortalecer os produtores e as cadeias curtas de comercialização, consideradas mais sustentáveis e socialmente justas. Este segundo tipo é composto, principalmente, por educadores ambientais, pesquisadores acadêmicos, paisagistas, ativistas *stricto sensu* e pequenos agricultores, incluindo aqueles vinculados aos debates sobre agroecologia e agricultura urbana.

O terceiro tipo se caracteriza pela postura crítica e/ou oposição ao acrônimo PANC. São movimentos frequentemente associados a perspectivas alimentares afro centradas, carregando em seus discursos e práticas uma preocupação em valorizar os saberes e fazeres tradicionais da cultura afroindígena, resgatando a relação de afeto, memória e herança dessas tradições com a natureza. A crítica ao termo PANC torna-se uma maneira de evidenciar o chamado racismo epistêmico e o apagamento das populações tradicionais, indígenas e periféricas que, em geral, não são vistos como sujeitos da História nem como detentores de saberes legítimos e científicos. Este tipo de movimento

carrega, em seus discursos, uma oposição ao epistemicídio, tal qual definido por Santos e Meneses (2009), que significa a negação ou o apagamento de conhecimentos produzidos fora da academia e dos institutos acadêmicos, especialmente aqueles do Norte global. Tais movimentos estão fortemente ligados a um ativismo alimentar que mantém relação com as pautas antirracistas e decoloniais e que buscam, nas práticas de plantar, coletar, cozinhar e comer, uma relação de intimidade, resgate, valorização e/ou vínculo espiritual com as plantas e com a comida de modo geral. Esta postura implica na valorização de um modo de vida compatível com as cosmologias indígenas e africanas em diáspora. Além do plantio e da coleta, este terceiro tipo defende a comercialização das PANC, com este ou outros nomes, apenas através de canais alternativos, locais, democráticos e acessíveis. Ademais, parece não hierarquizar questões éticas e estéticas, pois frequentemente associam as PANC aos debates da segurança alimentar e nutricional, enfatizando, porém, não apenas a quantidade, mas também a qualidade dos alimentos disponíveis para essa camada da população, abordando, ainda, temas como merenda escolar, culinária de terreiro e a relação íntima entre comida, cultura, espiritualidade e natureza. Este grupo é composto por diferentes atores, dentre eles nutricionistas, pesquisadores acadêmicos e chefs de cozinha, normalmente vinculados ao que se convencionou chamar de etnogastronomia, ou seja, uma gastronomia com interesse na valorização da comida associada às culturas alimentares tradicionais, reconhecendo-as como patrimônio material e imaterial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos dados coletados, podemos concluir que, ao contrário do que pensávamos, existe uma heterogeneidade de movimentos em torno das PANC, tanto em termos de tipos de atores envolvidos quanto de formas de atuação e de objetivos e estratégias propostas. Embora haja interesses em comum e convergências em diversos pontos, estes movimentos possuem diferenças e controvérsias quanto ao próprio termo PANC, quanto às possibilidades de que estas plantas se tornem convencionais e quanto às formas ideais de acessá-las.

O trabalho de pesquisa aqui descrito está longe de esgotar as questões sobre os ativismos em torno das Plantas Alimentícias não Convencionais, caracterizando-se melhor como uma exploração inicial do tema, que merece ser aprofundado em outros trabalhos. Por isso, não nos parece possível apresentar conclusões categóricas sobre estes movimentos, até porque são recentes e estão em plena

efervescência, com novas questões sendo levantadas cotidianamente. Esperamos, no entanto, que este trabalho e as questões aqui problematizadas possam contribuir para os estudos sobre os movimentos e ativismos alimentares, particularmente aqueles em torno das PANC.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, E.. O Ativismo Alimentar na perspectiva do Locavorismo. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, Vol. 18, N. 3, jul-set 2015, p. 81-89.

BARBOSA, L. Feijão com Arroz e Arroz com Feijão: o Brasil no prato dos brasileiros. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, Ano 13(28), 2007, p. 87-116.

BARBOSA, L. Tendências da Alimentação Contemporânea. In: PINTO, M. L; PACHECO, J. K (Orgs.). **Juventude, Consumo e Educação**. Porto Alegre: ESPM, 2009, p.15-61.

BARBOSA, L. A ética e estética na Alimentação contemporânea. In: CRUZ, F.; MATTE, A.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Produção, consumo e abastecimento de alimentos: Desafios e novas estratégias**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2016. p.95-123.

BARBOSA, L; PORTILHO, F; WILKINSON, John; DUBEUX, Veranise. Trust, participation and political consumerism among Brazilian youth. **Journal of Cleaner Production**, v. 63, 2014.

BOSTROM, M.; MICHELETTI, M.; OOSTERVEER, P. Introduction - Studying Political Consumerism. In **The Oxford Handbook of Political Consumerism**. Oxford, Oxford University Press, 2018.

BOURDIEU, P. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CANCLINI, N. **Consumidores e Cidadãos - Conflitos Multicultrais da Globalização**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

CAROLAN, M. More-than-active food citizens: a longitudinal and comparative study of alternative and conventional eaters. **Rural Sociology**, Vol. 0, N^o 0, 2016, p. 01-29.

COLLAÇO, J. H. L.; MENASCHE, R. Apresentação – Comer contemporâneo: e não é que comida continua boa para pensar? *Sociedade e Cultura (Dossiê Comida e Cultura)*, Vol. 18, N. 1, 2015, p. 05-11.

CONCEIÇÃO, D. **Ogba Mimo – Livro das folhas sagradas**. Campinas, SP: D7 Editora, 2019.

COUNIHAN, C.; SINISCALCHI, V. **Food Activism. Agency, Democracy and Economy**. Londres: Bloomsbury, 2014.

DAMATTA, R. **Sobre o simbolismo da comida no Brasil**. *Correio da Unesco*, Vol. 15, N. 7. 1987.

DÓRIA, C. e AZEVEDO, E. Banquetaço: ativismo alimentar e a construção de novas formas de expressão política. **Le Monde Diplomatique Brasil** (on line). N. 100, 19 de março de 2019.

DUPUIS, M. E.; GOODMAN, D. Should we go to “home” to eat? Toward a reflexive politics of localism. **Journal of Rural Studies**, 21: 2005, p. 359–371.

FISCHLER, C. **El (h)omnívoro. El gusto, la cocina y el cuerpo**. Barcelona, Anagrama, 1995.

FONSECA, M. **A institucionalização do mercado de orgânicos no mundo e no Brasil: Uma interpretação**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2005.

GOODMAN, D. & DUPUIS, E. M. Knowing food and growing food: Beyond the production–consumption debate in the sociology of agriculture. **Sociologia Ruralis**. Volume 42, Issue 1, pages 5–22, January 2002.

GOODMAN, D. The quality “turn” and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**. n. 19, p.1-7, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília, Ministério da Saúde, 2014.

GUILHERME, N. **Produtores, Ecochefs e Consumidores - A Gastronomização da Agricultura Familiar no Circuito Carioca de Feiras Orgânicas**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2016.

HALKIER, B. **Normalising Convenience Food? Food, Culture & Society**, 20:1, 2016, p. 133-151.

KINUPP, V.; LORENZI, H. **Plantas Alimentícias não Convencionais (PANC) no Brasil**. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2014.

LANG, T. Food policy for the 21st century: can it be both radical. For hunger-proof cities: **Sustainable urban food systems** 216, 1999.

LÉVI-STRAUSS, C. **O triângulo culinário**. São Paulo: L'Arc Documentos, 1968.

BORTOLETTO MARTINS, A.; MAIS, L.; CLARO, R. What to expect from the price of healthy and unhealthy foods over time? The case from Brazil. **Public Health Nutrition**, Vol. 23, 2020, p. 579-588.

MALUF, R. Sistemas Alimentares descentralizados e a alimentação nas localidades: uma abordagem multiescalar. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, 59 (4), Rio de Janeiro, 2021.

MENASCHE, R.; RIBEIRO, R. A Vida Social das PANC: Um Estudo Etnográfico em Feiras Ecológicas de Porto Alegre. **Iluminuras**, Porto Alegre, Vol. 20, N. 51, dezembro, 2019, p. 263-277.

MENASCHE, R.; RIBEIRO, R. **PANC para quem? Um estudo sobre práticas e saberes, envolvendo o consumo de Plantas Alimentícias não Convencionais**. 31ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), Brasília, 2018.

MENDEZ, C.; BENITO, C. **Sociología y Alimentación**. **Revista Internacional de Sociología** (RIS). Tercera Época, N° 40, Enero-Abril, 2005, p. 21-46.

MILLER, D. **Acknowledging Consumption: A Review of New Studies**. London: Routledge, 1995.

MINTZ, S. Comida e antropologia, uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 16, N. 47, outubro de 2001, p. 31-178.

MOTTA, R. **Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy: Preliminary Research Program**. 2021.

NIEDERLE, P.; ALMEIDA, L. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização. In: Niederle, P. A.; Almeida, L. de;

Vezzani, F. M. (Orgs.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013, p. 23-68.

NIERDELE, P. A.; SCHUBERT, M. N. How does veganism contribute to shape sustainable food systems? Practices, meanings and identities of vegan restaurants in Porto Alegre, Brazil. **Journal of Rural Studies**, N. 78, 2020, p. 304-313.

OLIVEIRA, D. **Comida, carisma e prazer: um estudo sobre a constituição do Slow Food no Brasil**. Coleção Thesis. Seropédica, Edur, 2020.

PREISS, P. **As alianças alimentares colaborativas em uma perspectiva internacional: afetos, conhecimento incorporado e ativismo político**. Tese de Doutorado. PGDR/UFRGS, 2017.

POLLAN, M. **O dilema do onívoro**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006.

PORTILHO, F. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. **Revista Política e Sociedade**. Vol. 8, N. 15, 2009, p.199-224.

PORTILHO, F. Ativismo Alimentar e Consumo Político - Duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. **Revista Redes, Santa Cruz do Sul**, Vol. 25, N. 2, maio de 2020, p. 411-432.

POULAIN, J. Sociologias da alimentação. **Os comedores e o espaço social alimentar**. Florianópolis, Ed. UFSC, 2006.

RANIERI, G. (Org.). **Guia prático sobre PANCs: plantas alimentícias não convencionais**. São Paulo: Instituto Kairós, 2017.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SCHUBERT, M. N. e PORTILHO, F. Ativismo alimentar e consumo político alimentar – Uma análise a partir da Teoria das Práticas Sociais. In: Schubert, M. N.; Tonin, J.; Schneider, S. (Orgs.). **Desafios e tendências da alimentação contemporânea: consumo, mercados e ação pública**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023, p. 19-45.

SANTOS, A. **Ativismos digitais do Movimento Afro Vegano: uma análise das narrativas performáticas nas mídias sociais**. Tese de Doutorado - PPGS/UFRGS, Porto Alegre, 2022.

SANTOS, B.; MENESES, M. (Orgs.). **Epistemologias do sul**. Coimbra, Almedina, 2009.

SILVA, A. **"Preta é a minha pele, Preta é a minha fome": A importância da interseccionalidade para compreensão de contextos de insegurança alimentar.** Anais do 47º Encontro Anual da ANPOCS, out. 2023.

TANAKA, J.; PORTILHO, F. Ambiguidades da politização do consumo: O caso do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Raízes. Revista de Ciências Sociais e Economia. Campina Grande**, Vol. 39, N. 2, jul./dez. 2019, p. 344-358.

RIBEIRO, R. **Novidade na Feira: Um Estudo Etnográfico envolvendo Plantas Alimentícias Não Convencionais.** 2020. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). PGDR/UFRGS, Porto Alegre, 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global strategy on diet, physical activity and health.** Geneva: WHO, 2004.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo está disponibilizado no acervo de Teses e Dissertações do CPDA (Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) da UFRRJ e pode ser acessado em <https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/dissertacoes-mestrado-2023/>.

FINANCIAMENTO:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Brasil (CAPES), através de bolsa de estudos.

CONTRIBUIÇÃO DAS AUTORAS:

Rebeca Rose dos Santos Leandro: Investigação, Curadoria de dados, Apresentação e Escrita: Rascunho Original

Fátima Portilho: Conceitualização, Validação, Supervisão e Escrita: Revisão & Edição

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES:

As autoras declaram que não há conflito de interesses a mencionar.

MINI BIOGRAFIA DAS AUTORAS DO PAPER:

Rebeca Rose dos Santos Leandro - Mestre em Ciências Sociais (UFRRJ). Bacharel em Relações Internacionais (UFF). Atua nas áreas de Sociologia da Alimentação e Ativismo Alimentar. Pesquisa movimentos e ativismos alimentares em torno das PANC, e também os diferentes usos das plantas alimentícias na experiência dos povos de terreiro.

Fátima Portilho - Professora do CPDA/UFRRJ. Doutora em Ciências Sociais (UNICAMP). Atua nas áreas de Sociologia Ambiental, Sociologia do Consumo, Sociologia da Alimentação e Teoria das Práticas Sociais. Desenvolve pesquisas sobre consumo político e ativismo alimentar. É uma das líderes do Grupo de Estudos do Consumo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.